



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 61119/17

EXERCÍCIO: 2018
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Sobrado
DATA DE ENTRADA: 05/09/2017
ASSUNTO: Encaminhamento de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
relativa ao exercício de 2018.
INTERESSADOS: Aderaldo Lourenço da Silva
George Jose Porciuncula Pereira Coelho



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 298/2017

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI
ORÇAMENTÁRIA DE 2018 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOBRADO, ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 165, § 2.º da Constituição Federal, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal e em consonância com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. **Faz saber**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

ART. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização do orçamento anual;
- III – as diretrizes gerais, orientações e os critérios para a elaboração e a execução da lei orçamentária anual do Município e suas alterações para o exercício de 2018;
- IV – as disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária¹ Municipal;

VII – critérios para a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – as disposições finais.

Parágrafo único – Integra esta lei, os seguintes Anexos:

I – Demonstrativo das Despesas de Capital – Anexo I;

II – Demonstrativo das Despesas por Ações Governamentais – Anexo II;

III – Anexos de Metas Fiscais;

- Metas de Receitas e Despesas

IV – Anexos de Riscos Fiscais;

V – Quadro Detalhado da Receita Prevista e Realizada (em Valores Correntes e Valores Constantes);

VI - Quadro Detalhado da Despesa Fixada com a Realizada (em Valores Correntes e Valores Constantes).

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, da Lei Complementar nº 101, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2018 são as especificadas no Anexo de metas e prioridades que integram esta Lei.

Parágrafo Único - As prioridades e metas constantes do Anexo desta Lei terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos fiscal e de seguridade social para o exercício financeiro de 2018.

I – PODER LEGISLATIVO

- a) Modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) Adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II – PODER EXECUTIVO

- 1) **Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:**

1.1 – Educação – oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:

1.2 estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

1.3 de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade;

1.4 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

2 – Promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa da família.

3 – Saúde e saneamento – com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento.

4 – Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação e criação de incentivo para as oportunidades do primeiro emprego, em parceria com a iniciativa privada.

5 – Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

6 – Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art, 225 da Constituição Federal.

7 – De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

2) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

- 2.1 – Do desenvolvimento da agropecuária;
- 2.2 – Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;
- 2.3 – Do desenvolvimento da produção artesanal.

3) Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

- 3.1 – Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;
- 3.2 – Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;
- 3.3 – Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e irrigação.

4) Ações administrativas que objetivem:

- 4.1 - A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;
- 4.2 – A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobranças da dívida e combate à sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no Art. 2º, o Orçamento Anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I – NA ÁREA SOCIAL

1. Na educação e cultura:

- 1.1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à todas as crianças nesta faixa etária;
- 1.2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 50%;
- 1.3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 60% dos professores da rede municipal;
- 1.4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 80%
- 1.5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escolar, de esporte e lazer;
- 1.6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
- 1.7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- 1.8. Expansão das atividades de educação física e de esporte para mais escolas da rede Municipal de ensino;

- 1.9. Distribuição da merenda escolar à todas as escolas do município;
- 1.10. Apoio à atividades e extensão universitária;
- 1.11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente à promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, festas juninas e do (a) padroeiro (a)

1 Da saúde pública

- 1.1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil;
- 1.2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- 1.3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- 1.4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- 1.5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
- 1.6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

2. De habitação e saneamento básico

- 2.1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- 2.2. Construção e melhoria de casas populares.

3. De assistência social

- 3.1. Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- 3.2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
- 3.3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- 3.4. Estimular programas de assistência comunitária;
- 3.5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- 3.6. Distribuição de medicamentos à pessoas de baixa renda;
- 3.7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- 3.8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

1. Agropecuária

- 1.1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
- 1.2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- 1.3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- 1.4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- 1.5. Combate à seca e à pobreza rural.

2. Indústria, comércio e turismo

- 2.1. Apoio à pequenas e micro empresas do município;
- 2.2. Indução ao desenvolvimento sustentável da produção local, através do fomento ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e a programas de geração de ocupação e renda.

III. NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

1. Recursos hídricos

- 1.1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

2. Transportes

- 2.1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

3. Energia

- 3.1 Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 3.2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

4. Serviços urbanos

- 4.1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 4.2 Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
- 4.3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
- 4.4. Arborização da cidade.

Parágrafo Único – Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2018.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

ART. 4º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano plurianual, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinadas necessidades ou demandas da sociedade;

II – Atividade, instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo e;

IV – Operação Especial, despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias e suficientes ao atingimento de seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações, do Ministério do Planejamento e Orçamento, bem como ao programa a que se vincula.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos títulos com indicação de suas metas fiscais.

ART. 5º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias e fundos especiais.

ART. 6º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal será composto de:

- I – mensagem;
- II - texto do projeto de lei;
- III – consolidação dos quadros orçamentários;
- IV – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – anexo do orçamento de investimentos das empresas;
- VI – informações complementares.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22,

incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II – do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;

VI – da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;

VIII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

X – da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;

XI – da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

XII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

XIII – das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XIV – da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV – da aplicação dos recursos na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB nos termos da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;

XVI – de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;

XVII – do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e de seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;

XVIII – da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades;

XIX – da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;

XX – da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

XXI – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;

XXII – da aplicação de recursos destinados à gestão ambiental, com ênfase para a agricultura familiar e a preservação do patrimônio histórico-cultural e artístico local,

XXIII – da aplicação de recursos destinados à assistência social geral, através de doações diversas, ajudas financeiras e outros necessários exclusivamente às famílias comprovadamente carentes do Município, ficando sujeitos à lei específica;

XXIV – da aplicação de recursos destinados à manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

ART. 7º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – o orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

a) DESPESAS CORRENTES:

Pessoal e Encargos Sociais;

Renegociação das dívidas e pagamento de juros e demais encargos decorrentes;

Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;

Outras Despesas Correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL:

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortização e Refinanciamento da Dívida;

Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

ART. 8º - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2018 e a respectiva Lei deverão assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

ART. 9º - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

ART. 10º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Parágrafo único - O poder executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, até o dia 30 de Novembro, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2018.

ART. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

ART. 12 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

ART. 13 – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

ART. 14 – A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis, nos termos do Art. 167, Inciso V, da Constituição Federal, e autorizará expressamente, a abertura desses créditos adicionais até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor fixado, na Lei do Orçamento.

ART. 15 – Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos, observadas as determinações do Art. 167, Inciso IV da Carta Magna.

ART. 16 – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias e dos fundos especiais se:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – os recursos alocados destinar-se-ão a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

ART. 17 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2018 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

ART. 18 – A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

ART. 19 – As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

ART. 20 – A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

ART. 21 – A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2018 destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

ART. 22 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

ART. 23 – A Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

ART. 24 – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

ART.25 – Ficam os poderes do município autorizados a consignarem recursos necessários para atender as despesas que decorrem da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração em razão de ajuste salarial, da criação de cargos, e contratações temporárias, inclusive para atender aos Programas da área de educação, saúde e assistência social, ou alterações de estrutura de carreiras e realização de concurso público, bem como da admissão de pessoal, a qualquer título, nos termos da legislação em vigor, observado o §1º, Inciso I, do Art. 169 da Constituição Federal, podendo reajustar vencimentos e proventos em até 25% (trinta por cento) dos pagamentos realizados no ano anterior.

ART. 26 – No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

ART. 27 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação e assistência social.

ART. 28 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde, saneamento, educação e limpeza pública.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ART. 29 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente, aumento das receitas próprias.

ART. 30 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita observará ao Inciso V do § 2º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 31 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

ART. 32 – As transferências de recursos do Tesouro, não consignadas na Lei Orçamentária, para a administração descentralizada, destinadas a manutenção complementar, ocorrerá pela via extra-orçamentária, em substituição as Transferências Intragovernamentais, cujos registros contábeis das Transferências Financeiras concedidas e recebidas, serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações ativas e passivas correspondentes, observando-se os seguintes aspectos, nos termos da Portaria nº 339 de 29 de agosto de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional:

1. ORÇAMENTÁRIOS

- a. As despesas deverão ser empenhadas a realizadas na unidade responsável pela execução do objeto do gasto, mediante alocação direta da dotação ou por meio de descentralização de créditos entre órgãos e/ou entidades executoras;
- b. O empenho da despesa orçamentária será emitido somente pelo órgão ou entidade beneficiária da despesa, responsável pela aplicação dos recursos, ficando eliminado o empenho na modalidade de transferências intragovernamentais.

ART. 33 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

ART. 34 – Serão alocados recursos para atender as despesas com precatórios que serão incluídos na proposta orçamentária de 2018, não podendo ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

ART. 35 – A mesa da Câmara deverá encaminhar ao Prefeito Municipal até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2018, observadas as disposições do art. 29^A, CF, com redação que foi dada pela EC 25/00.

ART. 36 – Para os efeitos do art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

ART. 37 – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

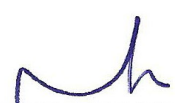
ART. 38 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

ART. 39 – A proposta orçamentária para o exercício de 2018, será remetida ao Poder legislativo para apreciação até 31 de agosto e será devolvida para sanção do Prefeito até 15 de dezembro de 2017.

ART. 40 – Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 15 de dezembro de 2017, fica autorizada, até a sua sanção, a execução da programação dele constante à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

ART. 41 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Sobrado - PB, 28 de julho de 2017.



George José P. Pereira Coelho
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sobrado

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Finanças - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais


Exercício: 2017

AMF - (LRF, art. 4º, §3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
NADA A REGISTRAR			
TOTAL	0	TOTAL	0

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Gabinete do Prefeito - em 31 de julho de 2017 as 14:27:37


Aderaldo Lourenço da Silva
Contador


JOSINALDO RODRIGUES DE
OLIVEIRA
Secretario de Finanças


George José P. Pereira Coelho
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sobrado

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Finanças - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais


Exercício: 2017

AMF - (LRF, art. 4º, §3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
NADA A REGISTRAR			
TOTAL	0	TOTAL	0

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Gabinete do Prefeito - em 31 de julho de 2017 as 14:27:37


Aderaldo Lourenço da Silva
Contador


JOSINALDO RODRIGUES DE
OLIVEIRA
Secretario de Finanças


George José P. Pereira Coelho
PREFEITO

RECEBIDO
Em 17/04/2017
Câmara Municipal de Sobrado




**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO
GABINETE DO PREFEITO**

Mensagem nº 02/2017

Em, 13 de Abril de 2017.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores da Câmara Legislativa Municipal.**

Estamos enviando para a apreciação deste Poder Legislativo o Projeto de Lei que trata das Diretrizes Orçamentárias, com metas e prioridades aos níveis das Classificações Institucional, Funcional - Programática e detalhamento das Categorias Econômicas, para o Exercício Econômico Financeiro de 2018.

A Lei de Diretrizes se faz necessária no cumprimento das determinações Constitucionais, a fim de que o Orçamento possa refletir no seu conteúdo as expectativas de uma administração voltada para a consecução dos objetivos primordiais do Governo, assegurando ainda, que as prioridades e metas estejam realmente compatibilizadas com os anseios da população Sobrado.

O encaminhamento da proposição legislativa em apreço se dá em cumprimento ao que determina o Artigo 165, inciso II da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e Lei nº 101/00 Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Orçamento do Município de Sobrado para o exercício financeiro de 2018 expressará o Planejamento do Município em termos de processo de previsão de necessidades e racionalização do emprego dos meios materiais e dos recursos financeiros e humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e da avaliação científica da situação original.

Enfatizamos que, no contexto das prioridades atribuídas ao Poder Executivo todas as ações e estratégias do governo que visam realizar suas potencialidades, inclusive considerando o desenvolvimento urbano do Município que é a prioridade máxima do Executivo.

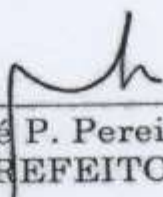
A LDO está integrada a um processo que começa com o Plano Plurianual (PPA) e segue com a lei Orçamentária Anual (LOA), de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste Contexto, a atual estrutura da LDO permite a sua utilização como instrumento de gestão das finanças públicas, sendo um veículo de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos, a serem avaliados pelo Legislativo e pela sociedade em geral.

Desta forma, as diretrizes para 2018 espelham o firme propósito do governo municipal em avançar na consolidação dos processos e instrumentos de uma gestão pública responsável e comprometida com o planejamento, a transparência e o equilíbrio das contas públicas do Município.

Assim, Senhor Presidente, submeto à apreciação as diretrizes orçamentárias para o ano de 2018, convencido de que receberemos o imprescindível respaldo legal para que a Administração Municipal possa promover o bem comum para seus munícipes.

Agradeço desde já o apoio dos nobres Vereadores na apreciação e aprovação de Projetos de absoluto interesse da nossa sociedade. Renovo, por oportuno, minha confiança e respeito ao Poder Legislativo, a vossa excelência e aos dignos membros dessa Egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente


George José P. Pereira Coelho
PREFEITO



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal de Sobrado
Gabinete do Secretário de Finanças

Audiência Pública realizada para discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018.

LOCAL: Sala de Reunião do Prédio da Prefeitura Municipal de Sobrado, PB
DIA: 11/04/2017 – HORA: 09:30

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, uma terça-feira, por volta das nove horas e trinta minutos, na Sala de reunião da Prefeitura Municipal, localizada no Centro de Sobrado – PB, foi realizada a Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), para o exercício financeiro de 2018. Aberto os trabalhos foi composta a mesa, cuja presidência ficou com o Sr. Josinaldo Rodrigues de Oliveira, Secretário Municipal de Finanças, que foi secretariado por Ana Verônica da Silva Coutinho. Ao iniciar os trabalhos o secretário Josinaldo, cumprimentou todos os presentes e agradeceu por atenderem a convocação para participarem da Audiência Pública, foi procedida a leitura do Projeto Lei da LDO, e na sequência, com a palavra o presidente informou aos presentes que o Projeto em causa estava aberto a proposição de mudanças, com objetivo de aprimorar ou mesmo de contemplar outros investimentos que não os previstos no texto original. Houve manifestação de representante de Sindicato de Servidores, Vereadores e de pessoas da Cidade, bem como de representantes de comunidades da zona rural, onde reivindicaram obras e serviços para suas comunidades. A propósito, foi dito que o Projeto de Lei da LDO contemplava as obras e serviços ora reivindicados. A seguir foi franqueada a palavra e não houve mais quem se manifestasse. O Sr. Presidente, Josinaldo e o Prefeito George Coelho, ressaltaram ainda que o Projeto de Lei – LDO 2018 foi elaborado dentro do mais restrito padrão técnico e jurídico, e que a presente Audiência Pública, objetivava atender a legislação vigente, especialmente ao art. 48 da LC nº 101/2000 (LRF), oferecendo oportunidade à população de se manifestar e influir na destinação dos recursos públicos. E sem mais nada a tratar, deu por encerrado os trabalhos e agradeceu a presença de todos que ali estiveram e fizeram suas reivindicações mostrando o desejo de colaborar com a gestão municipal, e foi mandado lavrar esta ata, que vai assinada pelo presidente da Mesa, Sr. Josinaldo Rodrigues, por mim, Ana Verônica da Silva Coutinho, que secretariei os trabalhos e pelas demais pessoas presentes a Audiência.

Jma Verônica da Silva Coutinho
 Adriana Maria de Souza
 Jucia Josi Goyanes de Lira
 Aírta Reis F. Faria
 Claudine Percinencila Pereira Gallo ~~Almeida~~
 Marcia Maria da Silva Carneiro
 Marlon Brand de Oliveira Brito
~~Paulo Sérgio de Oliveira~~
~~Luiz~~
~~Alfredo Almeida Filho~~
 Alexandre F. P. Pente
 Marizete Danello Santos
 Antônio Josi do Nascimento
 Penelope de Fatima B. Oliveira
 Cristina Carmel de Farias Soares
 Adilson de Oliveira Casimiro
 Rosângela da Silva Ferreira
 Deniza Queiroz de Lima Monteiro
~~Alfredo de Lira~~
 Manuillida de Kássia F. O. Torres
 Norberto Paulo da Cunha Souza
 Camilo Marques da Costa
 Wilson Brito
 Eraldo Ferreira
 Maria das Graças da Souza
 Jacilene Fernanda Quirino Batista
 Edna da Costa Batista Oliveira
 Juliana Rodrigues de Souza
 Josi Leme Cassemiro do Prado Silva
 Daniele Vieira Pereira
 Adilson Pereira da Silva
 Gildo Luiz de Francis
~~Paulo~~
 João Sérgio Batista
 Alan Macena de S. J.
 Josi Márcia de M. Lima



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 05/09/2017 às 23:53:21 foi protocolizado o documento sob o N° 61119/17 da subcategoria LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias , exercício 2018, referente a(o) Prefeitura Municipal de Sobrado, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Aderaldo Lourenço da Silva.

Meio de Publicação: Diário Oficial do Município

Data de Publicação: 28/08/2017

Documento	Informado?	Autenticação
1) Texto da Lei	Sim	ed90ceb3353211291f3cbb76404f901f
2) Anexo de Metas Fiscais	Sim	125d7c193d3bd6f60161a73e07dfb477
3) Anexo de Riscos Fiscais	Sim	125d7c193d3bd6f60161a73e07dfb477
4) Mensagem de Encaminhamento ao Poder Legislativo	Sim	aa03a4647c474a8d4aabec95d3fcf208
5) Comprovante de Realização de Audiência Pública	Sim	b6d992118ae5b23c94fcee0997a44639

João Pessoa, 05 de Setembro de 2017



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO – DIAFI
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL II – DEAGM II
Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal IX – DIAGM IX

Documento TC	61119/17	
Natureza	ACOMPANHAMENTO	
Jurisdicionado	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADO	
Responsável	George José Porciúncula Pereira Coelho	
Exercício	2018	
Objeto Exame	LDO 2018	Lei nº. 298, de 28/07/2017

ITEM DE VERIFICAÇÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
1 - Prova de audiência pública?	SIM	Págs. 22/23
2 - Fixa metas e prioridades?	SIM	Capítulo II (págs. 02/06)
3 - Orienta elaboração LOA 2018?	SIM	Capítulos III a VIII (págs. 06/16)
4 - Dispõe sobre alteração leg. tributária?	SIM	Capítulo VII (pág. 14)
5 - Trata de operações de fomento?	NÃO	
6 - Autoriza financiar despesas competência de outros entes?	SIM	Art. 18
7 - Fixa regra para a Reserva de Contingência?	SIM	Art. 21
8 - Fixa regra sobre despesas de pequeno valor para os fins do art. 16 da LRF?	SIM	Art. 36
9 - Dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas?	NÃO	
10 - Fixa regras sobre limitação de empenho?	SIM	Art. 12
11 - Contém anexo de metas fiscais?	NÃO	
11.1 - Anexo segue integralmente o modelo definido pela STN (conteúdo e forma)?		
11.2 - Anexo contém metodologia e memória de cálculo?		



12 - Metas propostas (2018) compatíveis com a execução recente (SAGRES 2016)? 12.1 - Receita 12.2 - Despesa	NÃO NÃO	Análise prejudicada, tendo em vista a ausência do Anexo de Metas Fiscais
13 - Contém anexo de riscos fiscais? 13.1 - Anexo segue modelo STN? 13.2 - Indica medidas a compensar as ocorrências de riscos fiscais ou passivos contingentes? 13.3 - Medidas indicadas são suficientes?	SIM SIM NÃO NÃO	Pág. 19
14 - Autoriza concessão de ajudas a pessoas físicas ou jurídicas nos termos do art. 26, da LRF?	NÃO	Art. 33
15 - Prevê margem para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado?	NÃO	
16 - Prevê parâmetros para avaliação dos resultados de programas e normas relativas ao controle de custos?	NÃO	
17 - As prioridades e metas analisadas são compatíveis com o PPA?	Não se aplica	

Outras observações/constatações:

Os itens 11 e 12, e seus respectivos subitens, restaram prejudicados, haja vista suas análises estarem correlacionadas ao envio do anexo de metas fiscais.

Conclusão:

- A LDO **não** foi encaminhada no prazo previsto pela RN-TC 07/2004 c/c a RN-TC-05/2006;
- Falta na LDO conteúdo relativo aos itens seguintes: 5, 9, 11, 11.1, 11.2, 12.1, 12.2, 13.2, 13.3, 15 e 16.

Sugestão: Alertar o Gestor quanto à necessidade de efetuar alterações na LDO/2018 para que esta disponha sobre: *operações de fomento, equilíbrio entre receitas e despesas, concessão de ajudas a pessoas físicas ou jurídicas nos termos do art. 26, da LRF, margem para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, parâmetros para avaliação dos resultados de programas e normas relativas ao controle de custos*; bem como proceda ao envio do anexo de meta fiscais.

É o relatório.

Relatório Inicial. Doc. 61119/17. Data: 15/09/2017 09:46. Responsável: Renato S. V. Pascoal.

Impresso por convidado em 30/01/2021 23:05. Validação: 09B6.2AA6.EF23.95C5.0B90.DE0B.3795.892D.

Assinado em 15 de Setembro de 2017



Renato Sérgio Valença Pascoal
Mat. 370688-5
AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

Assinado em 18 de Setembro de 2017



José Luciano Sousa de Andrade
Mat. 3705706
CHEFE DE DIVISÃO



DOCUMENTO: 61119/17
SUBCATEGORIA: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Sobrado
INTERESSADOS: Sr(a). George Jose Porciuncula Pereira Coelho (Gestor(a)), Sr(a). Aderaldo Lourenço da Silva (Contador(a))

ALERTA TCE-PB 01220/17

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do art. 71 da CF/88 e do §1º do art. 59 da LC 101/2000, e na conformidade do entendimento técnico contido no Relatório de Acompanhamento da Gestão, no intuito de prevenir fatos que comprometam resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resolve: Emitir ALERTA ao jurisdicionado Prefeitura Municipal de Sobrado, sob a responsabilidade dos interessados Sr(a). George Jose Porciuncula Pereira Coelho e Sr(a). Aderaldo Lourenço da Silva, no sentido de que adotem medidas de prevenção ou correção, conforme o caso, relativamente aos seguintes fatos:

Proceder alterações na LDO/2018 para que esta disponha sobre: operações de fomento, equilíbrio entre receitas e despesas, concessão de ajudas a pessoas físicas ou jurídicas nos termos do art. 26, da LRF, margem para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, parâmetros para avaliação dos resultados de programas e normas relativas ao controle de custos; bem como proceda ao envio do anexo de meta fiscais.



Assinado por Conselheiro Antônio Nominando Diniz

Relator

18/09/2017 09:59



Documento: 61119/17

Subcategoria: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Sobrado

Exercício: 2018

CERTIDÃO

ALERTA

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que na edição Nº 1803 do Diário Oficial Eletrônico, com data de publicação em 19/09/2017, foi realizada a seguinte publicação:

Documento: 61119/17

Subcategoria: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Relator: Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Sobrado

Interessados: Sr(a). George Jose Porciuncula Pereira Coelho (Gestor(a)), Sr(a). Aderaldo Lourenço da Silva (Contador(a))

Alerta TCE-PB 01220/17: O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos do art. 71 da CF/88 e do §1º do art. 59 da LC 101/2000, e na conformidade do entendimento técnico contido no Relatório de Acompanhamento da Gestão, no intuito de prevenir fatos que comprometam resultados na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resolve: Emitir ALERTA ao jurisdicionado Prefeitura Municipal de Sobrado, sob a responsabilidade dos interessados Sr(a). George Jose Porciuncula Pereira Coelho e Sr(a). Aderaldo Lourenço da Silva, no sentido de que adotem medidas de prevenção ou correção, conforme o caso, relativamente aos seguintes fatos: Proceder alterações na LDO/2018 para que esta disponha sobre: operações de fomento, equilíbrio entre receitas e despesas, concessão de ajudas a pessoas físicas ou jurídicas nos termos do art. 26, da LRF, margem para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, parâmetros para avaliação dos resultados de programas e normas relativas ao controle de custos; bem como proceda ao envio do anexo de meta fiscais.

João Pessoa, 18 de Setembro de 2017



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB